

Faces e vicissitudes do trabalho: perspectivas históricas e contemporâneas

Almir Martins Vieira
Universidade Metodista de São Paulo
almir.vieira@gmail.com

Douglas Filenga
Universidade Metodista de São Paulo
douglas.filenga@metodista.br

RESUMO

Este artigo tem por objetivo refletir sobre o trabalho enquanto realidade histórica socialmente construída, assumido enquanto razão do ser social, bem como provedor de sustento e caminho para provável aceitação do homem por parte da sociedade. Resgata-se a evolução histórica da idéia de trabalho, desde as primeiras atividades laborais caracterizadas pelo imprevisto e pelas rústicas atividades artesanais, perpassando pela Revolução Industrial, até o contexto do século XXI, permeado tanto pelo desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias do trabalho, como também por uma paradoxal falta de oportunidades em relação à demanda que se apresenta. Destaca-se também, com apoio nas afirmações de autores como Marx e Weber, a incisiva inserção do capitalismo enquanto regime vigente, trazendo significativo aumento da produção de bens materiais, além do rendimento enquanto contrapartida do trabalho. Ainda que apresente lampejos desenvolvimentistas, tal fenômeno veio acompanhado de sensíveis mazelas à sociedade, com destaque para a desenfreada exploração do (e no) trabalho, com jornadas subumanas, recrutamento de crianças e mulheres, bem como ambientes hostis. Conflitos e incongruências como jornada de trabalho, feedback, idéias divergentes são apresentadas na reflexão. Outro aspecto abordado neste artigo é a necessidade de busca por equilíbrio na dedicação de tempo entre o trabalho e a vida fora dele, talvez um dos maiores desafios no mundo contemporâneo. Como possíveis saídas para superação de tal dilema, são propostas investigações que viabilizem a busca pelo prazer na atividade laboral, a caracterização do trabalho enquanto meio de desenvolvimento do indivíduo, de tal forma que o trabalhador esteja apto a identificar seu desempenho, ajustando-se à realidade como algo que lhe faça sentido.

Palavras-chave: trabalho, desenvolvimento da sociedade, capitalismo.

1. Introdução

Das muitas dicotomias que assolam o mundo ocidental, a fé e a razão ocupam importante lugar nos debates acerca do homem. Tem sua origem marcada pela interferência filosófica da Grécia antiga, passando pelas contribuições acerca do equilíbrio entre elas defendidas por Santo Tomas de Aquino e chegando a seu apogeu a partir do século XVII, pelo fortalecimento da ciência, das idéias iluministas e do discurso do método cartesiano. Da mesma forma, a dicotomia entre a vida pública e a vida privada também oferece importante debate para diversas áreas do saber. Ao analisar as relações sociais e, mais especificamente, o homem, seu trabalho e suas posses nesse contexto. Percebe-se que ao homem permitiu-se ter a vida pública e, à mulher, a vida privada, doméstica (Weber, 1999). Tradicionalmente, o homem encontra nas organizações apoio para sua projeção pública e a mulher, por sua vez, encontra no lar suas significações enquanto ser. Ao saber que muitos homens não encontrarão organizações que lhes ofereçam tais benefícios e que a mulher passa a participar da chamada vida pública, notamos uma forte semelhança entre ambos na maneira de buscar recursos, de trabalhar, portanto. Assim, agrupados e não desassociados, ambos, homem e mulher,

independentemente de suas opções mesmo acerca da sexualidade, podem ser analisados sob a perspectiva da igualdade para o trabalho e o emprego (Souza, Garcia, e Petinelli-Souza, 2010). Tal perspectiva se projeta para o mundo organizacional e para ela canaliza sua energia. Academicamente ou não, são formações tradicionais feitas para atender a um mercado que se modificou e quase se esgotou, ao menos em termos de demanda por trabalhadores.

O termo trabalho possui origem etimológica, segundo Aranha e Martins (1993), do vocábulo latino *tripaliare*, do substantivo *tripalium*. *Tripalium* significa “aparelho de tortura formado por três paus”, instrumento onde eram atados os condenados na antiguidade e que também servia para prender animais que relutavam em ser ferrados. Portanto, o termo “trabalho” nasceu e permaneceu por um longo período histórico associado à idéia de tortura, sofrimento. Tal termo deu origem à palavra trabalho para diversos idiomas, tais como o francês (*travailler*), o espanhol (*trabajar*) e o italiano (*traballare*). Já a definição de “emprego” é apresentada como “1. Ato de empregar; aplicação. 2. Cargo ou ocupação em serviço participar, público etc.; colocação”. Ao analisar as duas definições, entende-se que são substancialmente diferentes. A segunda, focada muito mais no vínculo entre trabalhador e empregador, define o emprego como o ato de aplicar determinada atividade ou ocupação através da concessão de um empregador, que na maioria das vezes é uma organização privada. Neste contexto, o trabalhador recebe com o cargo, a oportunidade de desempenhar suas atividades e receber uma premiação. A primeira definição, mais densa, direciona o foco para a aplicação de certa habilidade ou esforço humano, visando o alcance de determinado fim. O trabalho é caracterizado como atividade humana por excelência, pela qual o ser humano modifica tanto a si mesmo quanto ao mundo (Aranha e Martins, 1993). A respeito desse tema, Lukacs (1978) destaca:

“somente o trabalho tem na sua natureza ontológica um caráter claramente transitório. Ele é em sua natureza uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto como a natureza inorgânica (...), quanto com a orgânica, inter-relação (...) que se caracteriza acima de tudo pela passagem do homem que trabalha, partindo do ser puramente biológico para o ser social. (...) O trabalho, portanto, pode ser visto como um fenômeno originário, como modelo, protoforma do ser social. (Lukacs, 1978, p. iv).”

A composição deste artigo apresenta seis partes, além dessa introdução. A primeira parte trata do trabalho em sua perspectiva histórica, bem suas transformações, além de sua incondicional relação com o capitalismo. Na parte seguinte, discute-se a questão do mercado de trabalho em função dos avanços tecnológicos que se apresentam. O contexto brasileiro é abordado na terceira parte do ensaio, discutindo-se emprego e desemprego. Na quarta parte, discorre-se sobre o chamado “conflito de gerações” que se evidencia no atual mercado de trabalho. O cuidado em se dedicar tempo para atividades não profissionais é o tema da quinta parte, vinculando-se à atenção para com a saúde do trabalhador. Na sexta e última parte, são apresentadas considerações a respeito da importância em se discutir o trabalho não apenas como ato laborativo ou mera fonte de desprazer, mas também como conjunto de relações que contribuam para garantir sentido à vida.

2. Trabalho: transformação constante

O trabalho é uma necessidade básica, natural e constante dos seres humanos, sem a qual o homem não poderia evoluir, progredir ou muito menos adaptar o meio onde vive às suas vontades. O trabalho é, além de ação transformadora sobre a natureza, um modificador da maneira com que os homens pensam, agem e sentem, impossibilitando que os seres humanos permaneçam imutáveis ao fim de uma atividade qualquer (Aranha e Martins, 1992). Como afirmam Marx e Engels (1991) a respeito da importância do trabalho em nossa sociedade, ao considerá-lo como fonte de toda riqueza, o trabalho é a condição básica e fundamental de toda a vida humana, além de ser a fonte de criação do homem.

Ao contrário dos seres irracionais, que se transformam e se adaptam de maneira passiva ao meio onde vivem, o ser humano age sobre o meio ambiente ativamente, conseguindo os bens materiais necessários para sua sobrevivência e progresso por meio de seu trabalho, o que inclui a evolução de sua maneira de resolver problemas e a aplicação de seu intelecto para a produção de instrumentos e ferramentas especiais. A sociedade não determina estes instrumentos (nem a capacidade de pensamento) aleatoriamente: cada nova geração se depara com os instrumentos e idéias que foram desenvolvidos por gerações anteriores e os usam, modificam e melhoram. Para Antunes (2004, p. 27), “a mão não é apenas o órgão do trabalho: é também produto dele”.

Assim, a evolução dos instrumentos e das idéias segue uma determinada ordem seqüencial – a sociedade não passa de uma faca primitiva feita de pedra lascada diretamente para uma serra elétrica. Cada aperfeiçoamento ou nova criação é consequência de obras anteriores que se apóiam no acúmulo de experiências, de hábitos laborais e de conhecimento acerca da própria comunidade ou de outra comunidade mais desenvolvida.

Nesta esfera de adaptação e evolução constante do trabalho e seus instrumentos, a humanidade passou e ainda passa por grandes transformações nas atividades laboriosas, dentre as quais destaca-se, por exemplo, o desenvolvimento de técnicas de caça e colheita primitiva, a escravidão, a servidão e a industrialização (Dowbor, 2006).

Uma rápida análise da evolução histórica das formas de organização do trabalho humano demonstra as transformações contidas nesse sistema. Para Huberman (1986), “no início das atividades laborais, todos os membros da comunidade possuíam condições iguais perante o grupo e cada integrante recebia sua ‘parcela de produção’ de acordo com suas necessidades básicas”. Normalmente, o excedente não beneficiava nenhum trabalhador em especial. E foi a partir das transformações que surgiram os proprietários de recursos de produção e com eles o trabalho escravo, pois o trabalho era considerado indigno para homens livres. Foi com a redução significativa da classe escrava que se criou um modelo de trabalho “semi-livre”, no qual os trabalhadores não eram mais propriedade dos senhores, mas ainda dependiam dos meios de produção por eles possuídos. Entrou-se assim no regime feudal.

Sobre as expectativas ligadas ao trabalho e emprego, tem-se nessa época que os servos queriam não apenas a liberdade, mas também a propriedade sobre o fruto de seu trabalho. As conquistas de liberdade por conta de alguns camponeses abriram espaço para que estes executassem outras atividades, tornando-se assim padeiros, sapateiros, tecelões etc. e se organizassem em formas de trabalho urbano. Iniciou-se no século XIV, em meio a estas emancipações e novas organizações urbanas, o declínio do regime feudal após uma série de conflitos a partir do descontentamento dos pobres, aliados ao ressentimento e ciúme dos pequenos artesãos para com os poderosos (Huberman, 1986). Em meio a este período, o comércio passou a atravessar oceanos e nos séculos XVI e XVII ocorreram grandes descobrimentos de ordem técnica e científica.

Os trabalhadores que passaram a ser donos de unidades comerciais ou até mesmo de grandes empresas que começaram a surgir no século XVII passaram a constituir uma nova classe social, a burguesia. Tal classe necessitava que o mercado de trabalho fosse livre e, para tanto, era a favor do encerramento total do regime feudal. A burguesia lutava contra a opressão das taxas que alimentavam a corte e obteve o apoio de outras classes marginalizadas pelo regime em questão, tais como os camponeses, os pobres das cidades e até mesmo os intelectuais (cientistas e escritores) que se sentiam engessados por conta da igreja e pelo próprio feudalismo. Com a ascensão da burguesia, a idéia das pessoas sobre trabalho começou a ser modificada positivamente e as artes mecânicas evoluíram com rapidez (Aranha e Martins, 1993).

A indignação burguesa ganhou ainda mais força e as revoltas tomaram grandes proporções. Dentre as mais importantes revoltas, destaca-se a Revolução Francesa de 1789 que contou com o apoio de todas as classes que se sentiam prejudicadas pelo regime feudalista. Além do aperfeiçoamento das técnicas mecânicas, Aranha e Martins (1993) destacam que “tanto a acumulação de capital quanto a ampliação dos mercados abriram espaço para o surgimento de um novo sistema no século XVIII: o capitalista”. A avaliação religiosa do trabalho sistemático e a evidente prova de redenção e de genuína fé foram consideradas como sendo a mais poderosa alavanca concebível para a expansão dessa atitude diante da vida, daquilo que se chama de espírito do capitalismo (Weber, 2003).

O capitalismo iniciou-se marcado pelo surgimento do emprego e dos salários, apoiado no tripé acumulação de capital, matéria-prima e trabalho. O regime capitalista, juntamente com a Revolução Industrial, trouxe um aumento significativo na produção material e no rendimento proveniente do trabalho.

Segundo Hobsbawm (2000, p. 10), “a Revolução Industrial foi um fato inevitável e ele a chamou de combustão espontânea”, causada por fatores como o crescimento populacional da época, a expansão do comércio, a acumulação do capital, o progresso econômico e o clima social adequado. Apesar destes avanços importantes e de tais aumentos produtivos, a vida do trabalhador não progrediu ao mesmo passo. Sobre a situação social dos trabalhadores no século XIX descrita por Aranha e Martins (1993), destaca-se que o resplendor do progresso não ocultou a questão social, caracterizada pelo recrudescimento da exploração do trabalho e pelas condições subumanas de vida. O cenário era composto também pelas extensas jornadas de trabalho, de dezesseis a dezoito horas, sem direito a férias, sem garantia para a velhice, doença e invalidez; arregimentação de crianças e mulheres, mão-de-obra barata; condições insalubres de trabalho, em locais mal-iluminados e sem higiene; mal pagos, os trabalhadores também viviam mal alojados e em ambientes de promiscuidade.

Esta nova realidade industrial culminou na polarização de recursos, fazendo com que, de um lado, ficassem os altos burgueses extremamente ricos e, do outro, os trabalhadores em condições miseráveis. Deste distanciamento de realidades surgiram duas novas classes sociais: a alta burguesia (ou classe capitalista) que nos países desenvolvidos possuía todos os meios produtivos, e a classe trabalhista (ou classe proletária), que vendia seu trabalho à alta burguesia em troca de um salário, quase sempre insuficiente para prover o atendimento de suas necessidades básicas.

Além da criação de novas classes sociais, o regime industrial também trouxe a necessidade da divisão do trabalho, sendo que a implantação do sistema fabril tornou inviável um trabalhador conhecer todos os processos produtivos de uma indústria. A divisão do trabalho foi intensificada a partir do século XX, quando Henry Ford iniciou o sistema de linha

de montagem na Ford Motor Company (fordismo) e o conceito do processo de divisão do trabalho foi aprimorado por Frederick W. Taylor, ao estabelecer a “cientificação” do trabalho, visando aumentar a produtividade dos trabalhadores, reduzindo ao máximo o desperdício de mão-de-obra e possibilitando que as organizações pudessem ter mais lucro, culminando em melhores salários ao proletariado. Ele também acreditava que, com a administração científica, os trabalhadores poderiam ter mais tempo para o ócio, pois otimizariam suas horas de trabalho dentro das fábricas. Dessa forma, o taylorismo foi tratado como uma ciência mais pela possibilidade de se registrar sistemas de trabalho de forma constante e sistemática do que pela caracterização de ciência (Souza *et al.*, 2010).

Há que se registrar também que, em contrapartida aos pensamentos progressistas em relação ao capitalismo expostos, dentre outros, por Taylor e Ford, já existiam as proposições de Marx (1996), analisando o processo de acumulação de capital por parte da alta burguesia e o empobrecimento do proletariado, ao alertar que o distanciamento constante entre ricos e pobres acarretaria no declínio do regime capitalista. A afirmação de que o trabalho torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, posicionava o trabalhador como uma mercadoria tanto mais barata quanto maior o número de bens produzidos. Marx formulou o programa dialético do seu materialismo histórico de forma exemplar na sua análise da relação entre desenvolvimento da “grande indústria” e formação “integral” do homem:

“a indústria moderna, com as catástrofes que lhe são próprias, torna questão de vida ou morte reconhecer como lei geral e social da produção a variação dos trabalhos e a maior versatilidade possível do trabalhador; substituir o indivíduo parcial, mero elemento humano que repete uma operação parcial, pelo indivíduo integralmente desenvolvido para quem as diferentes funções sociais não passariam de formas diferentes e sucessivas de sua atividade. As escolas técnicas e agrônômicas são demonstrações desse processo de transformação que desenvolvidas, de maneira espontânea, na base da indústria moderna. (Marx, 1983, p. 69).”

Assim, o trabalho não produz apenas mercadorias, produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria. Tal fato implica em que o objeto produzido pelo trabalho opõe-se ao trabalhador como ser estranho, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, transformando-se em coisa física: a objetivação do trabalho (Marx, 1996).

De acordo com tais assertivas, é possível inferir que as passagens de Marx em *O Capital* sobre as potencialidades progressivas da “grande indústria” na formação do “indivíduo totalmente desenvolvido” são fundamentadas na perspectiva do trabalho enquanto algo diretamente relacionado ao ser humano. A formação do “homem integral” precisa da superação do capitalismo, mas o capitalismo só pode ser superado pela associação de homens conscientes, aptos a interagirem e comunicarem-se livremente.

Entretanto, vale registrar a força que o trabalho assume na assimilação das potencialidades da “grande indústria”, superando a velha divisão do trabalho objetivo e subjetivo, dando margem à alienação do indivíduo:

“esta “alienação” pode ser superada, de maneira natural, sob dois pressupostos práticos. Transformando-se num poder “insuportável”, isto é, um poder contra o qual se faz uma revolução, sendo necessário

que tenha produzido a massa de humanidade como massa totalmente “destituída da propriedade”; e que, ao mesmo tempo, se encontre em contradição com o mundo de riquezas e cultura existente - condições que pressupõem, em ambos os casos, grande impulso da força produtiva, ou seja, um alto grau de desenvolvimento; por outro lado, este desenvolvimento de forças produtivas (que contém a verdadeira existência humana empírica, dada no plano histórico-mundial e não na vida puramente local dos homens) é um pressuposto prático. Além disso, porque apenas com este desenvolvimento universal de forças produtivas ocorre um intercâmbio universal dos homens, em virtude do qual, de um lado, o fenômeno da massa “destituída de propriedade” se produz simultaneamente em todos os povos (concorrência universal), fazendo com que cada um deles dependa das revoluções dos outros; e, finalmente, coloca indivíduos empiricamente universais, histórico-mundiais, no lugar de indivíduos locais (Marx e Engels, 1991, p. 50).”

A introdução do taylorismo, assim como o advento do fordismo, representou a forma mais incisiva de divisão do processo de trabalho no século XX, sendo que apenas entre o final da década de 60 e início da década de 70 este modelo produtivo começou a dar sinais de esgotamento (Antunes, 2005). Cientes de tal saturação produtiva, analistas e estudiosos do mundo corporativo apontaram para o surgimento de uma válvula de escape para o regime capitalista denominada “era da informação” (Drucker, 1999).

A diversificação do regime capitalista puramente industrial, assim como qualquer mudança ou passagem histórica, não aconteceu de um dia para outro, mas sim pela sucessão de diversos acontecimentos e fatos que culminaram em uma transformação na sociedade. De forma a identificar as mudanças e transformações no sistema capitalista, é importante que sejam analisados o crescimento e declínio da classe trabalhista produtiva, o símbolo da era industrial. Exemplos cotidianos vividos pela sociedade atual baseada na informação e no setor terciário (serviços) são o consumo de produtos de publicidade, comunicação, pesquisa, empresas de comércio e finanças, saúde, educação e lazer, dentre outros.

O crescimento da classe proletária, como descrito anteriormente, deu-se pela migração dos camponeses e trabalhadores domésticos para a indústria. Esta migração não ocorreu de maneira forçada ou obrigada, mas sim foi movida pelo desejo de obtenção de melhores condições de vida perante a sociedade e conquista de vantagens pelo trabalho operário ou pelas chamadas mediações do trabalho (Pages, Bonetti, Gaulejac e Descendre, 1987). Outro fator importantíssimo para o crescimento e fortalecimento da classe trabalhista foi o fato dos trabalhadores terem encontrado nas fábricas (apesar de serem explorados e ainda permanecerem na miséria por décadas) uma condição de trabalho melhor do que as que possuíam nos feudos ou casas de senhores. Eles acharam na indústria uma jornada de trabalho pré-determinada que, apesar da alta carga de trabalho, ainda era menor do que o volume de trabalho que tinham em suas antigas ocupações. De fato, trabalhar na indústria foi a primeira esperança que camponeses e ex-escravos haviam tido até então para ascender socialmente. A queda da classe trabalhista puramente operacional vem ocorrendo de forma progressiva desde o fim da II Guerra Mundial, por volta de 1945. O operário tradicional tem sido trocado por um tipo de trabalhador que Drucker (1999) chamou de trabalhador do conhecimento – aquele que alia o trabalho manual ao teórico. Esse é hoje o grupo de trabalho que mais cresce no mundo: cerca de 75% do valor de produtos comprados hoje é composto por custos com marketing,

design, finanças, publicidade, advocacia, gestão e outros serviços intelectuais (Dowbor, 2006).

A chamada era da informação iniciou-se de forma discreta a partir da atitude de soldados americanos que, após voltarem da segunda guerra mundial, tinham como objetivo serem colocados imediatamente em alguma universidade. Nos dias de hoje, este desejo pode parecer simplista, mas na época foi bastante arrojado já que os soldados que voltaram da primeira guerra mundial queriam apenas um emprego estável. Neste período, na metade da década de 40, o conhecimento já começava a ser mais valorizado do que o trabalho puramente operacional (Drucker, 1999). Em contrapartida, Bell (1976) afirma que a era da informação se iniciou por volta da segunda metade da década de 50, quando o número de trabalhadores administrativos (*white collars*) superou o número de operários (*blue collars*) nos Estados Unidos. Segundo o autor, eram os sinais da predominância do setor de serviços.

Diante do mesmo contexto, Antunes (2000, p. 47) ressalta que “a diminuição do trabalho industrial fabril, vivenciada no capitalismo, tem avançado nos dias atuais”. Há um grande aumento do trabalho assalariado no setor de serviços. Ele aponta também para uma realidade de “subproletarização intensificada” no trabalho parcial, movida por um grande aumento no volume de trabalhadores temporários, subcontratados e terceirizados.

3. Mercado de trabalho: desenvolvimento e exclusão?

A população mundial faz parte hoje de uma era de grandes transformações, geradas em sua maioria pelos incríveis avanços tecnológicos das últimas décadas. Porém, apesar de tanto progresso, a população é ameaçada pela falta de oportunidades profissionais. Nota-se a concentração de renda, desemprego, estresse e insegurança. Com exceção do final do ano de 2008 e início de 2009, devido à crise global, a riqueza mundial não parou de crescer. Produz-se cinco mil dólares de bens e serviços por pessoa por ano, o que supostamente garantiria uma renda mensal de 1,7 mil dólares por mês para uma família de quatro pessoas. A realidade, porém, mostra que mais da metade da população do planeta vive com menos de dois dólares por dia e cerca de 30 mil crianças morrem de fome e outras causas primárias diariamente (Dowbor, 2006). Assim como o mundo, que passa por uma constante mudança e série de avanços tecnológicos, o trabalho e as percepções dos seres-humanos em relação a ele também vêm se modificando.

Ao discutir as novas configurações do mundo produtivo, Vincent (1995, p.129) ressalta que “num contexto de progresso técnico muito rápido as relações com a tecnologia modificam-se profundamente” Os sistemas de produção automatizados são compostos de trabalho cada vez mais complexo, controlando cada vez mais processos e encadeamentos de operações. Não se trata aqui unicamente de conjuntos e máquinas, mas sistemas complexos que podem se desenvolver em função da volatilidade da demanda e das inovações programadas. Dado que, ainda de acordo com o autor, no mundo da tecnociência, a produção de conhecimento torna-se um elemento essencial para produção de bens e serviços. O autor acrescenta:

“a capacidade dos trabalhadores para ampliação de seus saberes torna-se uma característica crucial da capacidade de trabalho em si. É possível afirmar que a força de trabalho apresenta-se cada vez mais como força inteligente de reação às condições de produção em

mutação e à solução de problemas inesperados (Vincent, 1995, p. 160).”

Os benefícios obtidos pelos trabalhadores no processo de trabalho são amplamente compensados pelo capital, uma vez que a necessidade de pensar, agir e propor dos mesmos deve levar sempre em consideração, prioritariamente, os objetivos intrínsecos da empresa, que aparecem muitas vezes disfarçados pela necessidade de atender às expectativas do mercado consumidor. Porém, sendo o consumo parte integrante do sistema produtivo do capital, defender o consumidor e sua satisfação é condição essencial para se preservar a própria empresa. Mais complexa, a maior liberdade no espaço produtivo tem como compensação o fato de que as personificações do trabalho devem se converter ainda mais em personificações do capital. Se assim não se apresentarem, não demonstrando tais "aptidões", (vontade, disposição e desejo), trabalhadores serão substituídos por outros que demonstrem condições para aceitar (e encarar) esses "novos desafios".

4. Trabalho e (des) emprego no contexto brasileiro

Apesar das definições e previsões sobre o futuro do trabalho serem fartas, os dados mundiais são alarmantes. Milhões de pessoas no Brasil e no mundo não estão encontrando formas adequadas (ou até mesmo lícitas) de se inserirem no mercado de trabalho, o que torna esta situação um dos principais desafios de nosso planeta hoje, sendo inclusive determinante para um dos mais críticos problemas globais proveniente do capitalismo: a desigualdade. Não se trata de pessoas que gostam de ilegalidade, são geralmente pessoas teimosas, que insistem em sobreviver (Dowbor, 2006). O mercado de trabalho também vem sendo testemunha de uma grande ampliação do contingente de trabalhadores precarizados. Este grupo é formado principalmente por funcionários *part-time*, subcontratados, terceirizados e outras formas de trabalho que surgiram com o modelo capitalista avançado. A participação da mão-de-obra feminina também cresce com rapidez e chega a até 40% da força total de trabalho em países como o Brasil, apesar das desigualdades salariais ainda existirem (Antunes, 2005).

O mesmo autor ainda expõe que o mundo do trabalho nos países desenvolvidos vem excluindo do mercado os trabalhadores mais jovens e os mais velhos. Em paralelo a esta tendência de exclusão, vivencia-se também uma inclusão criminoso de crianças no processo produtivo, principalmente em países subdesenvolvidos asiáticos e latino-americanos. Com o afloramento destas novas tendências, torna-se inevitável o aumento do desemprego estrutural e os trabalhadores são forçados a buscar novas formas de sobrevivência. Os assalariados no setor de serviços, o terceiro setor e as novas formas de trabalho em domicílio tentam suprir tais perdas recorrentes da diminuição do trabalho industrial/operacional. Antunes (2005, p. 182) reforça, no entanto, “que o terceiro setor, apesar de aparecer como opção ao mercado de trabalho convencional, representa uma alternativa limitadíssima para a reposição de perdas e suprimento do desemprego estrutural”.

O trabalho assalariado não é a forma dominante de se ganhar a vida no Brasil atualmente e sua importância decresce com rapidez. Dos 85 milhões de pessoas que compõem a população ocupada do país (população economicamente ativa menos os desocupados, de acordo com os critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2007), temos apenas 47 milhões de “empregados”, que representam 55% do total. Destes, apenas 27 milhões estão formalmente registrados em carteira de trabalho. Assim, vê-se que muitos

brasileiros não estão encontrando maneiras formais de se inserirem no mercado de trabalho (Dowbor, 2006).

Parte desta heterogeneidade nas formas de trabalho existentes no Brasil é explicada por dados fornecidos por estudos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2009) para o ano de 2002. Nos primórdios da industrialização brasileira, esta se concentrou por muito tempo na região Sudeste do país, expandindo-se apenas posteriormente para o Sul e somente mais recentemente para as regiões Norte e Nordeste. Entende-se que o fato de apenas 27 milhões de trabalhadores estarem formalmente empregados dá-se por acontecimentos da década de 90, que após vários anos de crescimento no número de oportunidades profissionais, os índices de desemprego atingiram patamares recordes em todas as regiões do Brasil. Trazendo os dados para proporções mais claras, é possível afirmar que em 1999, um quinto da população economicamente ativa brasileira não tinha emprego. Neste mesmo período, os trabalhadores que se mantiveram ocupados observaram as condições de trabalho se deteriorarem: para se manter trabalhando, viram-se obrigados a assinar contratos de trabalho fora dos parâmetros legais, com extensas jornadas de trabalho sub-recompensadas.

Dentro desta realidade, o Brasil presenciou no final da década de 90 e início dos anos 2000, uma considerável redução do emprego industrial. Os dados do DIEESE (2009) também apontam que, em paralelo à diminuição do trabalho industrial, vê-se o crescimento do assalariamento sem carteira assinada, de autônomos trabalhando em condições precárias e do emprego doméstico. O aumento do desemprego entre os trabalhadores do sexo masculino (que representavam a grande maioria da população economicamente ativa até a década de 90) também promoveu um aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho. Porém, apesar de estarem hoje inseridas no mercado de trabalho em grande número, as mulheres ainda detêm um índice de desemprego entre 4 e 6 pontos percentuais superiores aos índices dos homens. Além de o desemprego ser maior, ainda se observa que as mulheres ocupam, no Brasil, cargos de operação ou apoio, recebendo remuneração significativamente inferior à obtida pelos homens.

Outra importante fatia da população que apresenta um cenário crítico no mercado de trabalho é a que engloba os jovens com idade entre 16 e 24 anos. Ainda segundo as pesquisas realizadas pelo DIEESE (2009), observa-se que eles correspondem a 27% da população economicamente ativa brasileira, e por outro lado, também representam quase a metade dos desempregados do país (45,2%), como se o capitalismo sobrevivesse pela formação de um “exército de desempregados”, num movimento vetorizado pelos excedentes da força de trabalho (talvez seja essa uma das fórmulas da sociedade capitalista). De acordo com Dowbor (2006, p. 13), as Nações Unidas trabalham com o conceito de *jobless growth*, que designa o “novo desemprego que surge não da falta de crescimento, mas do próprio crescimento”.

Grande parcela desse desemprego está concentrada entre os mais jovens (entre 16 e 17 anos), cujo índice de desemprego chega a 50% da chamada população economicamente ativa desta faixa etária. Os poucos jovens que conquistam uma ocupação, com frequência encontram-se em oportunidades instáveis, recebendo baixos salários. Além disso, o DIEESE (2009) aponta para o fato de que, diferentemente de outras nações, no Brasil os jovens têm que acumular as tarefas profissionais e as educacionais, prejudicando seu aproveitamento nos estudos. O que torna este cenário ainda mais crítico é o fato da educação ser uma das poucas alternativas consistentes para a ascensão social e profissional. As melhores oportunidades no mercado de trabalho ficam restritas aos que conseguem ter acesso a boas escolas e, por conta

disso, os jovens de famílias de baixa renda tendem a se tornar adultos que continuarão nos níveis mais baixos da distribuição de renda.

Tanto o cenário brasileiro exposto por Dowbor (2006) quanto os estudos do DIEESE (2009) evidenciam que a década de 90 atuou como um divisor de águas nas trajetórias dos principais indicadores da situação do trabalho no Brasil. Após cinco décadas de constante aumento do trabalho assalariado e formalização das relações trabalhistas (como as conquistas dos trabalhadores e sindicatos, dentre elas férias, décimo terceiro etc.), houve uma severa regressão na oferta formal de emprego, culminando em um aumento de todas as formas de desemprego e desocupação, crescimento dos vínculos precários de trabalho, queda dos rendimentos financeiros reais e grande concentração da renda nos bolsos dos mais instruídos.

Uma vez que o raciocínio do lucro e do produtivo dominar a racionalidade do homem, aqueles que não têm acesso à produção serão considerados descartáveis e, por esta razão, prejudiciais: da exploração à exclusão, da exclusão à eliminação. Se trabalho e desemprego resistem, sem o verdadeiro sentido que parecem propagar, é porque existem para preservar um arremedo de organização certamente inóspita, porém apta a manter, por determinado tempo, certa “coesão social” (Forrester, 1997).

5. Mercado de trabalho, emprego e o “conflito de gerações”

O mundo corporativo moderno sofre diferentes conflitos decorrentes do choque das quatro gerações que estão nele inseridas. Segundo Tapscott (2008), as gerações que convivem nas organizações são: a geração de “veteranos” ou “seniores” (nascidos até o ano de 1945), a geração “*baby boomer*” (nascidos entre 1946 e 1964), a “geração X” (nascidos entre 1965 e 1980) e a “geração Y” ou “geração do milênio” (nascidos depois de 1980). Kennedy (2008, p. 97) destaca que, como resultado dessa combinação, “todos os acordos organizacionais estão sendo revistos, tais como o respeito pela autoridade, a carga e os horários de trabalho, o código da vestimenta e a ética do trabalho”. Um exemplo clássico que traz à tona as diferenças entre gerações é o modo que estes esperam receber o *feedback*: A geração Y espera receber *feedback* de todos no escritório, enquanto a geração X prefere que não intervenham em seu trabalho, ao passo que os *boomers* esperam pelo *feedback* convencional da avaliação anual e os veteranos preferem até mesmo não receber *feedback*, ou seja, acreditam que se ninguém se pronunciar sobre seu desempenho, é porque o trabalho vem sendo bem executado. Tapscott (2008) relata também que o choque entre os integrantes da geração Y e os *boomers* dará origem à nova cultura de negócios, pois as duas idéias divergentes podem ser agregadas tendo em vista o modo que deve funcionar o trabalho. Ele afirma que a geração Y nasceu em uma época marcada pela velocidade das informações e, conseqüentemente, do imediatismo que ações diante dessas informações devem ser tomadas. O equilíbrio entre a vida pessoal e a profissional é de extrema importância para os Y's assim como para os X's, que preferem passar mais tempo com os filhos. Já para os *boomers* e seniores, o equilíbrio não é algo decisivo.

O equilíbrio entre a jornada de trabalho e tempo livre é um grande desafio para os profissionais de qualquer geração em dias atuais. Segundo Antunes (2005, p. 201), “o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e utilidade exteriormente imposta, pois uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho”. A redução da jornada de trabalho é historicamente uma das maiores reivindicações trabalhistas, porém empresas modernas buscam fazer com que seus funcionários, independentemente de suas gerações, não se

desliguem da empresa por um só minuto e com isso fazem com que esses profissionais trabalhem com *laptops*, celulares, rádios, dentre outros meios de comunicação para que tenham acesso à empresa, fornecendo informações que façam a organização funcionar, num fluxo contínuo.

A questão da informação assumiu papel fundamental no contexto de trabalho nas atuais organizações. É possível inferir que ela atua como apoio aos Y's para que estes tenham um trabalho mais virtual e flexível do que as gerações anteriores. Hoje em dia, há um aumento dos funcionários *home office* devido à acessibilidade que a tecnologia traz. O trabalho é marcado por pequenas paradas diárias, e não apenas por uma parada de almoço, como era feito pelos *boomers*. Desta maneira, os funcionários param diversas vezes ao dia em busca de informações sobre o que está acontecendo no mundo por meio de *blogs*, *sites* de notícias, de relacionamentos etc. Teoricamente, outras gerações podem ser guiadas a aprender novas habilidades com jovens que são nativos da tecnologia, se concentrando simultaneamente entre vida profissional e vida pessoal.

Observa-se uma tendência que implicará no surgimento de uma nova geração, denominada “geração Z” (ou “geração do futuro”), composta por pessoas nascidas após 1995. São jovens que ainda não estão no mercado e que tendem a almejar resultados instantâneos pelo hábito de ter acesso as coisas de interesse com facilidade. Porém, o estudo dessa geração ainda é precoce e abrange muita especulação, uma vez que essas pessoas ainda não entraram no mercado de trabalho.

6. Equilíbrio entre tempo livre e tempo de trabalho

A adequação entre a rotina profissional e a vida pessoal, além de ser fundamental para uma vida sadia, é um dos grandes desafios dos profissionais em dia atuais. Segundo Antunes (2005, p. 211), a “nova vida profissional tem como princípio a premissa de que o exercício do trabalho é baseado no tempo disponível para o mesmo”, com atividades que não são auto-determinadas. É válido ressaltar que o tempo livre também se faz essencial, pois é neste período que as pessoas movimentam a indústria do comércio, lazer e entretenimento fazendo com que a “máquina” do mundo corporativo não pare.

Conforme afirmam Codo, Soratto e Vasques-Menezes (2004, p. 276), “o tempo livre é a base para a produção cooperativa, seja ela intelectual ou manufatureira”. Os autores afirmam que o estresse do trabalhador é inversamente proporcional ao tempo livre que este tem para não estar atrelado às obrigações do trabalho. O estresse é extremamente prejudicial à saúde mental do trabalhador e pode ser causado tanto pela rotina de trabalho simples quanto pela complexidade de um trabalho. Porém, é válido mencionar que alguns estudos mostram que a sobrecarga de atribuições por si só não leva diretamente ao estresse, mas que o problema surge quando a sobrecarga associa-se com a falta de autonomia do trabalhador. Para esses autores, explicações ao estresse estão relacionadas à falta de controle sobre o trabalho ou às condições para que o trabalhador desenvolva e utilize suas próprias estratégias para enfrentar as dificuldades e realizar o trabalho, protegendo contra o desgaste ou pelo menos evitando o sofrimento dele derivado. Tal embate faz com que o homem crie mecanismos que o façam imaginar que é maior do que a própria realidade como forma de auxílio à fuga mental. Sendo assim, ao se identificar com a organização o homem cria um vínculo com uma estrutura maior do que a própria vida, acreditando que a organização permanece ao longo do tempo, criando uma “barreira imortal”, como forma de bloquear a própria morte. Para Morgan

(1996), esse tipo de sublimação freqüentemente explica a energia dos maníacos por trabalho (*workaholics*), da qual dependem inúmeras organizações modernas.

No âmbito recomposto do projeto do capital e de seus meios de funcionamento, o trabalho apodera-se de uma forma ativa de subjetividade, na qual seu objetivo incondicional é colocá-la a serviço do capital e suas necessidades de acumulação. A diminuição da divisão rígida entre planejamento e execução torna mais nítida a dimensão ativa do trabalho, pois sua esfera de subjetividade é direcionada para o envolvimento com o projeto da empresa e seu resultante processo de criação de valores.

7. Considerações Finais

Inegavelmente, as organizações privadas ainda exercem forte influência sobre as perspectivas de trabalho, sendo que, de forma relativa, permeiam a forma pela qual o homem busca o prazer na atividade laboral e a ascensão em sua carreira, muitas vezes implicando em menos tempo livre ou prejudicando seus relacionamentos interpessoais em vários aspectos.

Abordar o trabalho enquanto imperativo no contexto da sociedade atual seria uma maneira determinista para apreensão da realidade, sem possibilidade de criação, nem de invenção do sujeito. Diante de tal panorama, talvez seja válido propor a substituição do trabalho pela ciência, ou a substituição da produção de valores de troca pelo intercâmbio de propostas e ideias, da substituição da produção pela informação, pois o mundo contemporâneo exige maior inter-relação, maior interdependência entre as atividades produtivas, entre os processos fabris e os de serviços, entre atividades de labor e as atividades de elaboração, entre produção e ciência, que se desenvolvem fortemente no mundo do capital e seu sistema produtivo. Uma vez que se reconhece a impossibilidade da máquina substituir o trabalho do homem, faz-se necessária maior interação entre a subjetividade de quem trabalha e as novas “máquinas inteligentes”.

Imaginar a sociedade sob outra forma de organização (em função do trabalho) é um medo cuidadosamente apontado por Forrester (1997). Acredita-se que tal fobia advém do fato de que, se o trabalho organiza a sociedade, sem ele só restarão a anarquia e um incontável contingente de desocupados.

Morin (2001, p. 56) defende que “a organização do trabalho deve oferecer aos trabalhadores a possibilidade de realizar algo que tenha sentido, de praticar e de desenvolver suas competências, de exercer seus julgamentos e de conhecer seu desempenho”. Nessa perspectiva, o trabalho passa a exercer o papel de mecanismo de ajuste do trabalhador à realidade da qual participa.

Esforços acadêmico-científicos para compreender o trabalhador, com base no relacionamento entre o bem-estar e a busca por uma vida saudável, e não somente em uma perspectiva de produtividade e lucratividade, talvez sejam indicações para melhor identificação material (e também imaterial) desse complexo processo chamado trabalho.

8. Referências Bibliográficas

Antunes, R. (2000). *Adeus ao Trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Campinas: Cortez.

Antunes, R. (2004). *A Dialética do Trabalho*. São Paulo: Expressão Popular.

- Antunes, R. (2005). *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Aranha, M.L.A. & Martins, M.H.P. (1992). *Temas de Filosofia*. São Paulo: Moderna.
- Aranha, M.L.A. & Martins, M.H.P. (1993). *Filosofando: introdução à filosofia*. São Paulo: Moderna.
- Bell, D. (1976). *The Coming of Post-industrial Society*. New York: Basic Book.
- Codo, W.; Soratto, L. & Vasques-Menezes, I. (2004). *Saúde Mental e Trabalho*. In Zanelli, J. C.; Borges-Andrade, J.E.; Bastos, A.V.B.. *Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil*. Porto Alegre: Artmed.
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2009) *A situação do trabalho no Brasil*. São Paulo. Recuperado em 12 novembro, 2009, de <http://www.dieese.org.br/esp/releaselivro.xml>.
- Dowbor, L. (2006). *O que acontece com o trabalho?* São Paulo: Senac SP.
- Drucker, P.F. (1999). *Sociedade pós-capitalista*. São Paulo: Pioneira.
- Forrester, V. (1997). *O horror econômico*. São Paulo: Editora Unesp.
- Hobsbawn, E. J. (2000). *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Huberman, L. (1986). *História da Riqueza do Homem*. São Paulo: Atlas.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2007). *Estatísticas do Cadastro Central de Empresas*. Recuperado em 10 setembro, 2009, de http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1460&id_pagina=1
- Kennedy, M.M. (2008). *The death of office politics*. New Delhi: Borders Publications
- Lukacs, G. (1978). *The ontology of social being*. London: Merlin.
- Marx, K. (1983). Manuscritos Econômicos e Filosóficos. In Fromm, E. (Org.). *Conceito Marxista do Homem*, Rio de Janeiro: Zahar.
- Marx, K. (1996). *O capital: crítica da economia política* (livro I). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Marx, K. & Engels, F. *A ideologia alemã*, São Paulo: Hucitec, 1991
- Morin, E. M. (2001). Os sentidos do trabalho. *Revista de Administração de Empresas*, 41 (3), 8-19.
- Morgan, G. (1996). *Imagens da organização*. São Paulo: Atlas.
- Pagès, M.; Bonetti, M; Gaulejac, V. & Descendre, D. (1987). *O Poder das Organizações*. São Paulo: Atlas.
- Souza, E. M.; Garcia, A. & Petinelli-Souza, S. (2010). *Sexualidade e Trabalho: Estudo sobre a Discriminação de Homossexuais Masculinos em Bancos*. In: Asociación Latinoamericana de Sociología del Trabajo, Cidade do México.
- Tapscott, D. (2008). *Grow up digital: how the net generation is changing your world*. New York: McGraw-Hill.
- Vincent, A. (1995). *Ideologias políticas modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- Weber, M. (1999). *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Weber, M. (2003). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret.